

O roteiro cronológico por ela elaborado é fartamente comprovado e ilustrado pelas dezenas de depoimentos de pessoas que conviveram com o Professor Eurípedes nos vários campos em que atuou, quer no País, quer fora dele.

Analisando sua pessoa sob prismas diferentes, os dados fornecidos pelos testemunhos, se alinhavados, permitirão ao leitor esboçar — senão completa, pelo menos aproximadamente — o perfil de sua personalidade.

O Professor Oswaldo Pereira Porchat, por exemplo, afirma: “Eurípedes Simões de Paula tinha seus defeitos”. Todavia argumenta em seguida: “Quem não os tem? Mas ele não os escondia nem dissimulava. Nem poderia fazê-lo, se o quisesse. Ele exibia seus sentimentos à luz do dia, revelava-se inteiro no que dizia e no que silenciava” (p. 511).

Para o Professor Paulo Sawaya a modéstia foi “uma das virtudes inerentes à sua personalidade” (p. 542), enquanto o Rabino Henry I. Sobel destaca, entre outros, o fato de o Professor Eurípedes ter sido “um homem ecumênico no sentido mais elevado da palavra, muito raro e muito especial” (p. 568).

Na verdade, sua vida insere-se tanto na história da Universidade — onde atuou por longos anos e onde exerceu funções de destaque — quanto na da FEB, pois foi um dos que lutou na Itália durante a Segunda Guerra Mundial.

A Comissão organizadora do *In memoriam*, ao lado da matéria ligada diretamente à figura de Eurípedes Simões de Paula, reservou uma parte da publicação para os artigos enviados por pessoas convidadas a participar da publicação. Entre outros, o fizeram: Fernand Braudel, Jorge Borges de Macedo, José Honório Rodrigues, Charles Morazé, Jean Gagé, Maria Isaura Pereira de Queiroz. Nomes que por si sô asseguram o interesse e a importância dos assuntos tratados.

Dada a heterogeneidade dos especialistas, a variedade dos temas é grande. Pode-se depreender isso pela simples menção de alguns deles levantados ao acaso, a saber: *Primauté de L'Europe*; Três aspectos do Juízo Final de Miguel-Angelo; Realidade e Realismo; *Relations Economiques entre Est Et Ouest au XVe — XVIe siècles*; *The Mexican dimension of the life and work of Bartolomé de Las Casas*; A folclorização da cultura negra no Brasil; As vicissitudes dos dêictico-anafóricos; *De Russie en Chine au XIVe siècle*, entre outros.

As dezenas de ilustrações são acompanhadas de legendas explicativas, denotando a atenção e o cuidado da Comissão para com esta publicação que conta ainda com três índices para facilitar a consulta: o de títulos, o de autores e o de gravuras.

Em suma, é um volume que, por múltiplas razões, deverá constar das bibliotecas públicas e particulares pela riqueza de informações que contém.

Arlinda Rocha Nogueira.

INFANTOSI, Ana Maria. *A escola na República Velha*. expansão do ensino primário em São Paulo. São Paulo, EDEC, 1983. 162 p.

A expansão do ensino primário em São Paulo de 1890 a 1930 é analisada nesta pesquisa que teve como fontes fundamentais a legislação brasileira relativa à educação, a documentação da *Conferência Interestadual do Ensino Primário* (1922), os inquéritos e entrevistas rea-

lizados, em 1914, pelo jornal *O Estado de S. Paulo* e as mensagens dos Presidentes da Província, além da bibliografia teórica e empírica concernente ao tema. Ana Maria Infantsi avalia a importância da educação escolarizada numa época em que se tornava mais ativa a participação das camadas urbanas na vida política e social do país. Perpassa por toda a obra a questão do desajuste entre os padrões escolares e os padrões da educação e cultura, comprovando-se a “contradição surgida no interior do próprio sistema escolar, representada pela coexistência de dois padrões escolares conflitivos: um para atender às necessidades socioculturais de uma sociedade aristocrática e patrimonialista, portanto, de caráter seletivo e restrito às camadas dominantes, o outro para atender às necessidades socioculturais, de uma sociedade empenhada em estruturar-se em moldes capitalistas, portanto tendendo a estender-se a setores mais amplos da população” (p. 34).

Os antecedentes históricos da questão situam-se no tempo colonial, no qual a educação jesuítica mostrou-se como “modelo importado de cultura letrada”. Embora a Autora não negue ter havido certo ajustamento entre a cultura européia e a nativa em alguns aspectos como a alimentação, habitação ou uso de certos instrumentos, tais fatos não passaram de mecanismos típicos de colonização. Da catequese, a obra jesuítica passou à formação de elites, cujo aprendizado era desvinculado da cultura e da realidade locais.

Após a independência, o quadro prosseguia o mesmo, isto é, a escola formal apresentava-se sem valor social, restrita a privilegiados. A República trouxe transformações, ao menos, sob o ponto de vista dos programas partidários e, depois, da legislação. É assinado que no programa do Partido Republicano, já em 1874, a educação figurava como item prioritário. Proclamada a República, normalizou-se a instrução pública, criando-se sua divisão em ensino primário, secundário e superior. A Reforma de 1920 veio modificar muitas das disposições em vigor, pretendendo, por exemplo, reduzir o ensino primário de 8 para 2 anos, dentro da realidade na qual, segundo seus defensores, “a maioria das crianças não ultrapassava o segundo ano da escola primária, a escolaridade prolongada era prerrogativa de privilegiados de nascimento e fortuna” (p. 45). Aos olhos dos reformadores, a simples alfabetização e disciplinas de aplicação imediata e prática eram suficientes. Conflitavam-se as correntes que assim pensavam e as que ainda propugnavam por um ensino enciclopédico e cursos prolongados, visando erudição e ilustração.

A segunda parte da obra está concentrada nas medidas republicanas para disseminar a instrução popular em São Paulo. Mostrando a expansão do ensino primário no meio rural e no urbano e a valorização do ensino elementar na política estadual paulista de dispêndios com a educação, Ana Maria Infantsi pôde, através de inúmeras tabelas e análises dos dados, concluir que, no Estado de São Paulo, acabou coexistindo um sistema de ensino para as elites, porém, com uma certa expansão da instrução popular. Isto significou, na época, o lançar sementes que proporcionariam, posteriormente, oportunidades maiores de acesso aos diversos níveis educacionais.

O livro de Ana Maria Infantsi vem provar, de maneira bastante clara, objetiva e precisa, o quanto as vias de direção da política educacional não puderam — como não têm podido — se desvencilhar do tônus geral da sociedade e da organização político-econômica às quais se prendem. A lição que nos dá esta obra — e o exemplo basta para que se compreenda sua extrema utilidade aos pesquisadores do ensino no Brasil na República Velha é a de que “em sociedades nas quais a hierarquia é muito acentuada, dentre as diferenças sociais

salientam-se como as de mais notável significação econômica as diferenças de ocupação..." e, na verdade, "a disseminação das instituições de ensino elementar, sobretudo em São Paulo, representam, para as elites, mais pressões de interesses do Estado do que produtos das aspirações populares" (p. 144).

*Heloisa Liberalli Bellotto.*

NEME, Mário — O Brasil holandês no tempo de Nassau. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, 32:1-214, 1983.

Esta publicação do Museu Paulista coincide com o transcurso do décimo aniversário da morte do A., numa justa homenagem daquela Casa àquele que, durante doze anos, esteve à testa de sua direção.

O trabalho em questão era aguardado, pois o A. referiu-se a ele em estudos anteriores já que este é o terceiro de uma triade: *A Holanda e a Companhia das Índias Ocidentais, Fórmulas políticas do Brasil holandês* e, finalmente, *O Brasil holandês no tempo de Nassau*.

Embora não colocasse em dúvida a positiva contribuição dos flamengos no que tange ao sistema de vida reinante em Pernambuco, tendo nesse sentido contribuído muito a vinda de naturalistas, cartógrafos, desenhistas etc., por estar convencido que a historiografia tradicional não espelhava a realidade dos fatos, o A. sentiu-se atraído a reexaminá-los.

Ao fazê-lo, entretanto, discordou daqueles que atribuíam aos holandeses, por exemplo, a introdução de um regime de liberdade, de representatividade e de caráter republicano. A seu ver, o que houve foi um "retrocesso do ponto de vista das conquistas democráticas, em confronto com o regime vigorante no Brasil Português".

Quanto ao Conde João Maurício de Nassau-Siegen, o A. procurou dissecar, ao máximo, a imagem estereotipada que dele se formou em grande parte em função da obra de Barléus, mestre da eloquência latina, a quem Nassau encomendara que escrevesse sobre sua pessoa.

Para ter-se noção até que ponto o personagem retratado foi enaltecido pelo escritor é suficiente que se retome uma de suas frases: "chegando ao Brasil reerguestes o que estava destruído, corrigistes o que estava viciado, reavivastes o que estava morto".

Ocorre que a imagem por ele criada foi sendo adotada e retransmitida pelos estudiosos sem qualquer exame crítico. O A., apesar de ciente de que suas revelações poderiam desgostar a um certo número de leitores, confessou-se não preocupado, na medida em que cumpria sua missão de historiador, isto é, a da busca e da revelação da verdade.

Neste trabalho, uma vez mais, debruçou-se sobre a documentação e investigou-a com grande mestria, honestidade e precisão. A partir do estudo das condições internas do Brasil holandês, deteve-se na análise de questões relativas ao povoamento, à colonização, à reconstrução de Olinda, à cidade de Maurícia, ao livre comércio, à diversificação agrícola, ao cultivo compulsório, à tributação, à carestia, à Assembléia de 1640, à articulação do movimento revolucionário e finaliza com o exame das campanhas militares de Nassau.

Com isso, mesmo os que não concordem *in totum* com ele não poderão deixar de reconhecer que reconstituiu um perfil do Conde bem diverso daquele comumente apregoados. E o fez baseado em farta documentação e em acurada interpretação.